

Formação profissional de enfermeiras

A importância social do problema de saúde, e sua decisiva influência na recuperação econômica do País, foram plenamente reconhecidas pelo governo Federal, quando se dispôs a planificar e programar a ação do Estado neste capítulo, cuja magnitude só encontra equivalente, em ordem de grandeza, na sua própria complexidade.

Um dos aspectos mais difíceis de solucionar é, sem dúvida, o da formação de técnicos especializados, cujos concurso e experiência são imprescindíveis ao eficiente funcionamento de cada unidade médico-sanitária, de per si, e ao sistema, como um todo. Recursos financeiros poderão permitir, em prazo relativamente curto, a construção de grande número de instituições médicas assistenciais, tantas e tão bem equipadas quanto o possibilitem as disponibilidades orçamentárias. Mas, não é apenas com verbas que se preparam técnicos. Claro está, ninguém desprezaria a importância dos fatores orçamentários na estruturação de um sistema educacional; não há negar, porém, que são apenas o ponto de partida, o quilômetro "zero".

Ora, dentro de nosso sistema de assistência médica, sanitária e social, em geral, um dos graves pontos fracos, verdadeiro "calcanhar de Aquiles", é a deficiência quantitativa e qualitativa do corpo de enfermagem. Infelizmente a afirmativa não comporta exceções, pois, se as escolas do tipo "Ana Neri" atendem ao problema do preparo técnico profissional de suas alunas, todavia fornecem número escasso de excelentes enfermeiras a uma rede de unidades médicas desejosas de recebê-las em muito maior quantidade.

Um dos pontos nevrálgicos da questão reside em que não se poderia cogitar de abreviar os períodos de formação profissional a quem do mínimo já estipulado de três anos. A produção "em massa", tão necessária, só poderá ser obtida pela intensificação das matrículas, nas escolas já existentes, e pela criação de novos educandários. Os cursos de emergência ou supletivos, via de regra apressados e superficiais, não podem constituir um substitutivo com caráter permanente. Por outro lado, descer o nível de preparação profissional, seria de todo inaceitável.

Em verdade, deve ocorrer precisamente o oposto; e, nesse sentido, foram muito claras e acertadas as recomendações do último Congresso Brasileiro de Higiene, evidenciando a necessidade de preparação em cursos regulares, ministrados por escolas, que preencham aos requisitos básicos indispensáveis ao ensino em nível superior (preferentemente universitário), dando aos alunos, não somente sólidos conhecimentos técnicos mas também ensino prático objetivo, por meio de estágios dirigidos, em unidades médico-sanitárias. Salientou-se, ainda, a conveniência de fugir da rigidez do ensino clássico, tradicional,

optando antes pelos currículos flexíveis, que permitam conquistar êsse grau de objetividade que é, afinal, o padrão pelo qual se mede a eficiência da preparação profissional.

O aludido certame científico foi unânime ao evidenciar que a chave do problema está na eficiência do pessoal egresso das escolas. As enfermeiras não poderiam constituir exceção. Pleiteia-se manter sempre o regime de internato, formador de espírito de disciplina e hábitos de vida, e elevar o nível das atuais escolas, dos pontos de vista intelectual, material e social, e tudo fazer, para que as novas instituições, a criar, acompanhem êsse padrão, ou, melhor ainda, que o superem. Há que complementar o sistema vigente com a concessão de bolsas de estudo, que facilitem o recrutamento de bons elementos menos afortunados, e com cursos de aperfeiçoamento para "post-graduados". Finalmente, há de se pensar em dois importantes problemas correlatos: — a revisão dos dispositivos de regulamentação do exercício da enfermagem, nos seus diversos níveis hierárquicos, de modo a distinguir nitidamente a "enfermeira" diplomada, de nível superior, da "auxiliar de enfermagem" ou "atendente", mera subalterna da primeira; — e o reexame nos níveis de remuneração, condizente com a preparação profissional exigida.

Eis um dos importantes aspectos do problema médico-sanitário, do qual certamente não estão esquecidos os técnicos a quem o Gôverno, em boa hora, atribuiu a magna tarefa de elaborar um plano nacional de saúde.